

COMGÁS

Natural

JUCESP

COLEGIADA



JUCESP PROTOCOLO

0.599.859/08-8



COMPANHIA DE GÁS DE SÃO PAULO - COMGÁS
COMPANHIA ABERTA

C.N.P.J./M.F. n.º: 61.856.571/0001-17

N.I.R.E.: 35.300.045.611

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ao quarto dia do mês de agosto do ano de dois mil e oito, às 16:00 horas, na sede social da Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS ("Companhia"), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, 205, 10º andar, Vila Olímpia, na forma do disposto no artigo 23 do Estatuto Social da Comgás, foi realizada Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS, com participação dos srs Alexandre Cerqueira da Silva, Antônio G. Paes de Assumpção, Graham John Cockroft, Luis Augusto Domenech, Nicholas Crabtree, Paulo Guilherme Hirata, Roberto Schloesser Junior e Sidney Batista da Rocha, membros do Conselho de Administração da Companhia. Os srs. Alexandre Cerqueira da Silva, Antônio G. Paes de Assumpção, Graham John Cockroft e Nicholas Crabtree, participaram via teleconferência, em conformidade com os parágrafos 3º e 4º do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia. Ainda, participaram como convidados, os srs. Roberto Collares Lage e Patrícia Sonageri, respectivamente, Diretor de Finanças e de Relações com Investidores, e Superintendente de Tesouraria e Relações com Investidores da Companhia. Ordem do dia: **(I) Revisão do Plano de Financiamento 2008 - 2012; e (II) Proposta de Emissão Pública de Debênture Simples, em lote único e indivisível.** Aberta a sessão, assumiu a presidência dos trabalhos o sr. Luis Augusto Domenech, que convidou o sr. Ali El Hage Filho para secretariá-lo. O sr. Secretário, dando início aos trabalhos, convidou os srs. Conselheiros a analisarem os itens de pauta, os quais tomaram as seguintes deliberações: **(I)** Aprovação, por unanimidade de votos, da revisão do Plano de Financiamento da Comgás, nos termos apresentados pela Diretoria aos srs. Conselheiros. O Conselheiro sr. Sidney Batista da Rocha enfatizou a necessidade de que se continue monitorando o conta corrente regulatório e seus impactos no caixa da Companhia. **(II)** Aprovação, por unanimidade de votos, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e do artigo 28, inciso VI do Estatuto Social da Companhia, a 2ª emissão pública, pela Companhia, de debênture simples, não conversível em ações, da espécie quirografária, em série única,

JUL 2008

12 00 00

dispensada de registro na Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do Art. 5º, inciso II, da Instrução CVM nº 400, por se tratar de lote único e indivisível de valores mobiliários, nos termos e condições a seguir elencados ("Emissão"). VALOR NOMINAL: O valor nominal unitário da Debênture será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); NÚMERO DA EMISSÃO: Esta será a 2ª emissão pública de Debênture da Emissora; QUANTIDADE DE DEBÊNTURES: Será emitida uma única Debênture, em série única, perfazendo o valor total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão; SÉRIE: A 2ª emissão será realizada em série única; DATA DE EMISSÃO, PRAZO E VENCIMENTO: Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão da Debênture será 05 de agosto de 2008 ("Data de Emissão") e o prazo de vencimento da Debênture será de 6 (seis) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 05 de agosto de 2014 ("Data de Vencimento"); CONVERSIBILIDADE E FORMA: A Debênture será simples, não conversível em ações e da forma nominativa e escritural. Não será emitido certificado representativo da Debênture. Para todos os fins e efeitos, a titularidade da Debênture será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração da Debênture, o Banco Escriturador. Adicionalmente, será expedido pelo Módulo Nacional de Debêntures ("SND") o "Relatório de Posição de Ativos", acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND; ESPÉCIE: A Debênture será da espécie quirografária, COLOCAÇÃO E NEGOCIAÇÃO: A Debênture será distribuída sob o regime de garantia firme, com intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. por meio do Módulo de Distribuição de Títulos - SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"). A Debênture será registrada para custódia no mercado secundário através do SND, administrado e operacionalizado pela CETIP, não sendo admitida sua negociação no mercado secundário. No entanto, o posterior registro para negociação da Debênture no mercado de bolsa ou de balcão organizado sujeitar-se-á necessariamente ao registro prévio na CVM, conforme disposto no artigo 2º, § 2º, da Instrução CVM n.º 400/03. REMUNERAÇÃO: O Valor Nominal Unitário não será atualizado e a remuneração da Debênture contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva Data de Emissão da Debênture, estabelecidos com base na acumulação das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) e no jornal "Gazeta Mercantil", edição nacional,

JUL 12

12 08 10

ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de spread de 1,5% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis; AMORTIZAÇÃO: O Valor Nominal Unitário da Debênture será pago em 03 (três) parcelas anuais e consecutivas, conforme o seguinte cronograma: 05 de agosto de 2012: 33,33%; 05 de agosto de 2013: 33,33%; e 05 de agosto de 2014: 33,34%; REPACTUAÇÃO: Não haverá repactuação da Debênture; REGASTE ANTECIPADO: A Emissora poderá resgatar a Debênture a partir da Data de Emissão, a qualquer momento, mediante notificação ao Debenturista e ao Agente Fiduciário com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência. A Debênture será resgatada pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculado *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer primeiro. Nesse caso, a Emissora celebrará em conjunto com o Agente Fiduciário aditamento à Escritura de Emissão para cancelamento da Emissão; VENCIMENTO ANTECIPADO: O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário da Debênture em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão da Debênture até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"): (a) pedido por parte da Emissora de qualquer plano de recuperação judicial ou extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou, ainda, se a Emissora formular pedido de autofalência; (b) liquidação, dissolução, extinção, insolvência, pedido de falência não elidido ou contestado no prazo legal, deferimento ou decretação de falência da Emissora; (c) não pagamento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias relacionadas à Debênture e devidas ao Debenturista, nas datas previstas na Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de vencimento original; (d) falta de cumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária relevante prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento, pela Emissora, de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; (e) realização de redução de capital social da Emissora, após a data de assinatura da Escritura de Emissão, sem que haja anuência prévia do titular da Debênture, conforme disposto no artigo 174 da Lei das



Sociedades por Ações; (f) pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com as suas obrigações pecuniárias descritas na Escritura de Emissão, excetuando o pagamento dos dividendos mínimos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações; (g) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, concessões, alvarás e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização; (h) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora na Escritura ou no Contrato de Distribuição; (i) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas na Escritura de Emissão, sem a prévia anuência do Debenturista em AGD especialmente convocada para este fim. Não serão considerados cessão ou transferência de direitos e/ou obrigações, para fins da Escritura de Emissão, eventos de reorganização societária que tenham por efeito a transmissão de direitos e/ou obrigações de quaisquer das Partes por sucessão legal, os quais ficam desde já expressa e especificamente autorizados; e (j) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações. O evento a que se refere o subitem (d) acima somente será considerado evento de vencimento antecipado para os fins da Escritura de Emissão, ensejando a adoção do procedimento a seguir descrito, após o final do prazo de 30 (trinta) dias nele referido: ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nas alíneas de (a) a (j) acima, a Debênture tornar-se-á vencida, devendo o Agente Fiduciário enviar notificação, judicial ou extrajudicial, à Emissora comunicando tal fato. Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não aqueles aqui previstos), o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, respeitados os prazos previstos em cada um dos Eventos de Inadimplemento, AGDs, a se realizarem no prazo mínimo previsto em lei. Se, nas referidas AGDs, o Debenturista representando a totalidade da Debênture em Circulação decidir por não considerar o vencimento antecipado da Debênture, ou, ainda, em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado da Debênture; caso contrário, em segunda convocação, das referidas AGDs, o

COMGAS

1234567890

Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado da Debênture. A não instalação da referida AGD por falta de quorum será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção do Debenturista em não declarar antecipadamente vencida a Debênture. Por fim, o Conselho de Administração autorizou a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas cabíveis para efetivar a distribuição pública da Debênture, bem como ratifica todos os atos anteriormente praticados, incluindo, mas não se limitando, a prática dos atos necessários à assinatura da respectiva Escritura de Emissão, à contratação de instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários como intermediários, à contratação do agente fiduciário, do banco mandatário, da instituição escrituradora, consultores jurídicos e demais instituições que eventualmente se façam necessárias para a realização da Emissão, fixando-lhes os respectivos honorários, bem como a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes, incluindo providências junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Nada mais havendo a tratar relativamente à ordem do dia, o sr. Presidente do Conselho abriu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém o fez, deu por encerrada a reunião. São Paulo, 04 de agosto de 2008.

Declaro que o presente Extrato confere com o original da ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração de 04 de agosto de 2008, transcrita em livro próprio.

Luis Augusto Domenech
Presidente

Al El Hage Filho
Secretário

